



CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LINGUÍSTICA

## **MARCAS DE SUBJETIVIDADE NO DISCURSO DA CHARGE**

**Girlene Rodrigues de Souza Xavier**

**Guarabira – PB**

**2011**

**Girlene Rodrigues de Souza Xavier**

## **MARCAS DE SUBJETIVIDADE NO DISCURSO DA CHARGE**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Linguística, da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Língua e Linguística.

**Guarabira – PB**

**2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

X3m

Xavier, Girlene Rodrigues de Souza

Marcas de subjetividade no discurso da charge /  
Girlene Rodrigues de Souza Xavier. – Guarabira:  
UEPB, 2011.

46f. Il. Color

Monografia Especialização (Trabalho de  
Conclusão de Curso – TCC) – Universidade  
Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Francineide Fernandes de  
Melo”.

1. Discurso 2. Sujeito 3. Subjetividade I. Título.

22.ed. CDD 808.5

**Girlene Rodrigues de Souza Xavier**

**MARCAS DA SUBJETIVIDADE NO DISCURSO DA CHARGE**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

*Francineide Fernandes de Melo*

Prof<sup>a</sup>. Ms. Francineide Fernandes de Melo (Orientadora)

*Maria de Fátima de S. Aquino*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Souza Aquino

*Peterson Martins Alves Araújo*

Prof<sup>o</sup>. Ms. Peterson Martins Alves Araújo

Aprovada em 25 de Abril de 2011.

**Guarabira**

**2011**

Aos meus pais Nonato e Gerlane, meu esposo Kleber, meu filho Kelner e demais familiares.

*A história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*

*Michel Foucault*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida, por ser fiel e pela oportunidade de realizar mais um sonho.

Aos meus pais pelo exemplo de caráter e incentivo que sempre me ofereceram para a realização de meus trabalhos acadêmicos.

Aos meus familiares, amigos e colegas de trabalho pelo apoio à minha pessoa, colaborando para o meu crescimento profissional.

À professora Ms. Francineide Fernandes de Melo, pela orientação competente e paciência, indispensáveis para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do curso de Especialização pela generosidade de poder ampliar meus conhecimentos e aos colegas pelas alegrias e convivência amigável.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar as marcas de subjetividade presentes nas charges do cartunista Lila, analisando os traços ideológicos e a função da linguagem não-verbal apresentados no discurso chágico. Na nossa pesquisa procuramos mostrar também que os sentidos dos textos chágicos se constroem em uma determinada época, criando condições de reconhecer o contexto no qual se encontram inscritos sujeitos que fazem parte de um processo sócio-histórico e ideológico. A fim de alçarmos no objetivo, buscamos na Análise de Discurso conceitos basilares como discurso, sujeito, condições de produção, os quais nortearam a nossa pesquisa. Faz-se referência também a Michel Foucault, especialmente no que se refere aos conceitos sobre práticas discursivas, tipos de subjetividades e princípios de controle.

Palavras-chave: Discurso; Formação ideológica; Sujeito; Subjetividade

## **ABSTRACT**

This paper aims to show the subjectivity marks present in the cartoons of cartoonist Lila, analyzing the features and function of ideological nonverbal language presented in the charged speech. In our research we also show that the meanings of the charged texts are constructed in a determined time, creating conditions to recognize the context in which are found the subjects that are part of a socio-historical process and ideological. To reach the goal, we seek in the Discourse Analysis foundational concepts as discourse, subject, production conditions, which guided our research. Reference is made also to Michel Foucault, especially as regards the concepts on discursive practices, types of subjectivities and principles of control.

Keywords: Discourse; Ideological formation; Subject; Subjectivity

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I – Breve Histórico</b>	
1.1 – Análise do Discurso: Pressupostos teóricos.....	12
1.2 – Análise de Discurso: três momentos.....	16
1.3 – Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI).....	19
<b>Capítulo II – Noção de Sentido e Sujeito na Análise de Discurso.....</b>	<b>23</b>
2.1 – Discurso, Sujeito e Subjetividade.....	27
<b>Capítulo III – A Charge: conceitos, origem e caracterização.....</b>	<b>32</b>
<b>Capítulo IV– Análise do <i>Corpus</i>.....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Apesar de a língua ser um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação, ela não pode ser vista como algo concreto, como manifestação individual de cada falante. O interlocutor não é um elemento passivo na constituição dos sentidos, o “outro” possui uma importante função no processo interativo, pois integra todo ato de enunciação individual num contexto em que revelam as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. Sob esta ótica, surge assim o estudo do discurso a partir do qual toda produção de linguagem pode ser considerada um lugar privilegiado em que a ideologia se materializa.

Sendo a linguagem considerada como elo entre o homem e a realidade, permitindo agir e interagir com as pessoas, o discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. A linguagem enquanto discurso, não constitui um sistema de signos utilizados apenas para comunicação ou pensamento, ela é interação, um modo de produção social, é um lugar apropriado para a manifestação da ideologia. A linguagem é um lugar de conflito, de confronto ideológico, em que seus processos constitutivos são histórico-sociais, não podendo ser estudada fora da sociedade e nem de suas condições de produção.

Portanto, o nosso trabalho parte da hipótese de que o sujeito do discurso está submetido às múltiplas produções de sentidos.

A pesquisa aqui proposta justifica-se enquanto contribuição para o estudo da análise do discurso do estudo da charge, uma vez que analisará esse gênero discursivo numa perspectiva concebida pela relação entre a língua e os processos sócio-históricos e ideológicos.

Este trabalho objetiva, portanto, mostrar as marcas de subjetividade nas charges do cartunista Lila, as quais foram coletadas na internet.

Para melhor atender as nossas inquietações pretendemos, ainda, analisar traços ideológicos presentes nas charges e verificar a função da linguagem não-verbal presente no discurso da charge.

A escolha do *corpus* analisado se deu pela importância de estarem inseridas num contexto sócio-ideológico.

No que tange ao aspecto organizacional do nosso trabalho, distribuimos os quatro capítulos da seguinte forma. No primeiro capítulo, *Breve Histórico*, tecemos num primeiro momento um panorama teórico acerca da Análise do Discurso,

abordando seus conceitos fundamentais, em que serão esclarecidos os pressupostos teóricos dando suporte às noções de linguagem, discurso e ideologia. Ainda no primeiro capítulo, trataremos das três fases da AD e os conceitos de formação discursiva e ideológica para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Em linhas gerais, reservamos o segundo capítulo, *Noção de Sentido e Sujeito na Análise de Discurso*, trazendo breves informações relativas à concepção do sujeito baseadas nas teorias lingüísticas e a subjetividade. Em seguida, abordaremos sobre a questão do sujeito na perspectiva foucaultiana.

O terceiro capítulo é dedicado ao gênero discursivo do nosso *corpus*. Intitulada de *A charge*, este capítulo traz um pouco de sua origem no intuito de ampliar a noção deste gênero mostrando suas características e funcionalidade.

O quarto capítulo será destinado à análise das charges selecionadas, levando em consideração a aplicabilidade dos pressupostos teóricos da AD e segundo a teoria foucaultiana do objeto que norteiam a pesquisa e sobre os quais a análise se fundamenta.

## 1 - BREVE HISTÓRICO

### 1.1 – Análise do Discurso: Pressupostos teóricos

Para tomarmos como ponto de partida qualquer estudo da linguagem, a referência a Saussure quanto à sua concepção dicotômica entre língua e fala é indispensável pelo que este estudioso genebrino causou à lingüística.

Conforme Brandão (1998), a teoria de inspiração saussuriana concebia uma só lingüística, a da *langue* (definida por Saussure como sistema de signos), porém, os estudos posteriores assumiram o nascimento de uma lingüística da *parole*, de uma lingüística discursiva encarregada da *langue* na comunicação viva.

Seguindo os caminhos traçados por Saussure, Bakhtin (1995) com seus estudos antecipa muito as orientações da lingüística moderna com o princípio de que a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação. No processo de interação social, o interlocutor não é um elemento passivo, mas se integra ao “outro” e ambos se constituem de significação num contexto mais amplo onde agem o lingüístico e o social.

A abordagem do fenômeno da linguagem passou a ser centrado não apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num campo onde o lingüístico e o extralingüístico se interligam, constituindo seus próprios sentidos. Assim, podemos dizer que há um elo discursivo entre os processos ideológicos e os eventos lingüísticos.

Os estudos dos textos passaram, então, a ser objeto de pesquisa, tendo a língua como prática discursiva para uma compreensão do fenômeno da linguagem num terreno situado fora da dicotomia clássica saussuriana *langue/parole*.

É neste contexto que surge Michel Pêcheux, apoiado numa formação filosófica, como um dos fundadores da disciplina Análise do Discurso, doravante AD, que desenvolve um questionamento crítico sobre a Linguística dentro de uma conjuntura teórico-política nos anos 60, no ápice do estruturalismo lingüístico europeu, mais precisamente na França, propondo uma discussão epistemológica das ciências, na qual o discurso tem uma relação estreitamente necessária com o processo sócio-histórico-ideológico. A respeito disto Ferreira comenta:

(...) a Linguística em seu papel de ciência-piloto das ciências humanas tinha condições de fornecer aos aficcionados da nova corrente as ferramentas essenciais para análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e aos ditames da ciência, tão valorizada na época (INDURSKY & FERREIRA, 2007 p. 13).

No âmbito estruturalista, a linguagem era reconhecida pela sua autonomia, devido ao recorte que as teorias estruturalistas da linguagem faziam de seu objeto de estudo a partir das regularidades da língua, uma vez que os fatores externos não comprometiam sua estrutura.

Com a análise de discurso passou-se a admitir que a preocupação com os elementos sintático-semânticos já não eram considerados primordiais. Assim, foi estabelecida uma proposta de fazer tais elementos convergirem aos conhecimentos lingüísticos, sócio-históricos e ideológicos, ou seja, mostrava-se que o funcionamento dos textos agregados às formações ideológicas resultavam em formações discursivas.

O surgimento da AD fecunda-se oferecendo novas abordagens no campo científico da Linguística, principalmente no que se refere às questões do interior da própria lingüística, causando um considerável deslocamento de terreno na área e tomando como ponto de partida a linguagem, com um aspecto transformador, “porque procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico e não meramente do seu produto. Esse é o recorte teórico inicial (básico) para a análise de discurso” (ORLANDI, 2008 p. 17). A autora ainda acrescenta que:

Para os objetivos da análise de discurso é preciso que esse compromisso pragmático da linguagem seja mais especificamente marcado pelo conceito de social e histórico. Um compromisso que coloque a capacidade de linguagem na constituição da própria condição da espécie, já que o homem não é isolável nem de seus produtos (cultura), nem da natureza. Daí considerar a linguagem como interação, vista esta na perspectiva em que se define a relação necessária entre homem e realidade natural e social (ORLANDI, 2008 p.17).

A análise do discurso de origem americana e européia marcam duas maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso: a primeira compreende-se como uma extensão da Lingüística sem entrar em conflito teórico com a mesma, o que se justifica pela razão de assumir a frase e o texto como elementos isomórficos (mesma forma), ou seja, analisa-se o texto sem se preocupar com o sentido, e sim com a estruturação dos elementos que o compõem. Aqui encontra-se a tendência de uma

declinação lingüístico-pragmática (empirista) da análise de discurso com um sujeito intencional.

Em contrapartida temos a tendência europeia, em que acontece um deslocamento teórico, caracterizando a ruptura e a crise com a lingüística, que baseia-se em conceitos exteriores que norteiam a análise de unidades complexas da linguagem causando conflito e assumindo “uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer” (ORLANDI, *apud* BRANDÃO, 1998, p. 16) desconstruindo a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia) na sua relação com discurso em cuja análise não se procede pelo isomorfismo. Trouxemos essas reflexões da divisão da AD nessas duas perspectivas apenas com finalidade informativa e dizer que nosso trabalho se pauta na Análise de Discurso francesa.

Apesar da obra de Harris (AD americana) ter sido considerada um marco da análise do discurso, atribuiu-se aos procedimentos de análise dos enunciados seu destaque posterior ao mostrar as possibilidades de avançar as análises anteriormente presas à frase.

Ainda neste âmbito, pretendemos destacar a postura de Benveniste (*apud* BRANDÃO, 1998 p. 15) no que tange à questão do sujeito (AD europeia). Ele traça seu posicionamento dando ênfase à função do sujeito falante na trajetória discursiva quando afirma que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos. Suas reflexões remetem à importância do posicionamento deste locutor, seu enunciado e o mundo, uma vez que as considerações sócio-históricas de produção dos enunciadorees assumem um importante fator diferencial na construção da significação.

A Análise do Discurso, desde o seu início, caracterizou-se por uma ruptura a uma conjuntura política e epistemológica no século XIX que se constituiu num campo onde outras áreas das ciências humanas são dominadas principalmente a: Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Como diz Orlandi:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como

materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 1999 p. 20).

Sabemos que a Análise do Discurso pretende compreender a língua fazendo sentido, tendo em vista sua função social, histórica e simbólica, permitindo que a linguagem atue como transformação do homem e da realidade social. Para tanto, a Análise do Discurso trabalha com a língua do mundo da maneira como a mesma atua nas vidas dos sujeitos sociais que fazem uso de diferentes produções de sentidos. Portanto, deve-se considerar os processos e as condições de produção da linguagem relacionando esta à sua exterioridade.

Não partimos, como na análise de conteúdo, da exterioridade para o texto, ao contrário, procuramos conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade. É afinal esta noção de exterioridade que, ao se especificar na AD, transforma a noção de linguagem, pensando sua forma material, deslocando também a própria noção social, de histórico, de ideológico, tal como estas noções estão definidas no domínio das ciências humanas e sociais (ORLANDI, 2007 p. 29).

Diferentemente da Linguística que trabalha com a língua fechada para estudar o uso dela mesma, as Ciências Sociais enfocam a história e a sociedade apenas no sentido generalizado das práticas do homem. Diante deste fato, a AD faz refletir sobre o modo “como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 1999 p. 16).

Ao admitirmos que a estrutura essencial da ideologia é o discurso e a base material específica do discurso é a língua, trabalhamos apoiando-nos nesta trilogia língua-discurso-ideologia. Para completar esta relação, Pêcheux (1975) diz que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (*apud* ORLANDI, 1999 p. 17). Os sentidos são produzidos por/para os sujeitos através da língua sendo no discurso o local onde constatamos a relação língua/ideologia.

## 1.2 – Análise de discurso: três momentos

O sistema de regras que é responsável pela geração de sentenças – como postula Chomsky – propõe a noção de condições de produção que são responsáveis pela geração dos discursos. Pois como diz Orlandi (*apud* MUSSALIM, 2006) são as condições de produção que caracterizam o discurso, o constituem e tornam-se objeto de análise. É desta forma que a AD formulará e reformulará seus procedimentos de análise e seu objeto de estudo.

A análise do discurso divide-se em três fases. A primeira delas (doravante AD-1) estuda a análise de discurso estável, sem muita polêmica (pouca carga de polissemia) em que ocorre uma discreta variação do sentido por haver uma predominância do silêncio do outro (outro/discurso/outro sujeito). Podemos exemplificar esta fase com os discursos políticos, por serem produzidos a partir de condições de produção mais homogêneas e estabilizadas, ou seja, em áreas com menos conflitos e no interior de posições ideológicas.

No tocante aos procedimentos de análise da AD-1, observamos que foram estabelecidos por etapas, seguindo os passos: a) um *corpus* é selecionado com sequências discursivas fechadas; b) construções sintáticas e o léxico são consideradas ao realizar a análise lingüística de cada sequência; c) nesta etapa faz-se a análise discursiva com o intuito de construir núcleos de identidades partindo da percepção da relação sinonímia e de paráfrase; d) por último, as relações de sinonímia e paráfrase são apresentadas como formas originadas de uma estrutura homogênea geradora do processo discursivo.

Assim, intitula-se de “máquina discursiva”, um procedimento composto de uma estrutura (aqui refere-se às condições de produções estáveis) encarregada de gerar um processo discursivo (um manifesto comunista) mediante a um conjunto de argumentos e de operadores, cuja responsabilidade está centrada na construção e transformação das proposições em que são geradas como princípios semânticos que circunscrevem e definem um discurso. Segundo Pêcheux (1983/1990):

Para a AD-1, cada processo discursivo é gerado por uma máquina discursiva. Assim, diferentes processos discursivos (o processo de construção do manifesto comunista e o processo de construção do

manifesto liberal, por exemplo) referem-se a diferentes máquinas discursivas, cada uma delas idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma (*apud* MUSSALIM, 2006 p. 118).

Na segunda fase da AD (AD-2), o conceito de formação discursiva proposto por Michel Foucault (1969) torna-se peça fundamental para dar início ao desencadeamento do processo de transformação na concepção do objeto de análise da AD. Esse filósofo toma o enunciado (concebido como unidade do discurso) como acontecimento discursivo que possibilita a compreensão de como o saber vai se construindo a partir das práticas discursivas. Para o autor, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (*apud* SARGENTINI E NAVARRO-BARBOSA, 2004 p. 163).

Uma formação discursiva é que ordena o que pode/deve ser dito sob as condições sócio-históricas e esta é determinada por regularidades que controlam o que pertence ao discurso (interno) e as relações exteriores ao discurso (outras FDs) concebidas pela abertura atravessada pelo “pré-construído”. Assim, BRANDÃO afirma que:

(...) o pré-construído, entendido como ‘objeto ideológico, representação, realidade’ é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal da FD (BRANDÃO, 1998 p. 39).

Admitindo-se que a FD é um espaço atravessado por outras FDs, seguramente esta não pode se constituir através de um princípio de unidade. A partir daí, Foucault caracteriza a FD como uma **dispersão** e introduz as regras de formação como as condições a que estão submetidos buscando “libertar-se das unidades de análises instituídas pela epistemologia e pela história das ideias (obra, influências, origem, autores), para que possa ser estabelecido o solo em que a análise se detenha nas práticas discursivas” (SARGENTINI E NAVARRO-BARBOSA, 2004 p. 165).

Em consequência de se inscrever entre várias FDs, uma FD torna-se heterogênea de si própria, mesmo que esta determine a seus falantes “o que deve e pode ser dito” em busca de uma homogeneidade discursiva. Assim Brandão conclui que:

Analisar o discurso é descrever os “sistemas de dispersão” dos enunciados que o compõem através das suas “regras de formação”. Se eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas “formas de repartição”, pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma FD (BRANDÃO, 1998 p. 41).

Portanto, na segunda fase da AD, o objeto de análise aplica-se nas relações entre as “máquinas” discursivas e ainda observamos que “o fechamento da maquinaria ainda é conservado, pois a presença do outro (outra FD) sempre é concebida a partir do interior da FD em questão” (MUSSALIM, 2006 p. 119).

Poucas mudanças constatamos no tocante aos dispositivos de análise da AD-2. O que fica mais em evidência são os discursos menos estabilizados pela constante heterogeneidade em detrimento às condições de produção. Apesar de uma instabilidade, o “outro” consegue manter uma identidade, pois através da análise discursiva é mostrado o que faz parte de uma ou outra(s) FDs.

A terceira fase da AD (AD-3) é marcada pela desconstrução da maquinaria discursiva devido a um deslocamento entre uma FD e as outras. No entanto, adquire-se uma possibilidade de que os discursos que atravessam uma FD não sejam elaborados independentemente entre si, mas constituam-se do mesmo campo que mantêm relações de delimitações recíprocas uns com os outros, ou seja, o que já foi dito por um sujeito faz sentido em um determinado momento e à medida que o novo discurso inscreve-se em outra situação retorna sob a forma do pré-construído (interdiscurso).

A relação interdiscursiva dará estrutura à identidade das FDs, uma vez que “a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse ‘saber’ que não se aprende, não se ensina mas produz seus efeitos” (ORLANDI, 1999 p. 34).

Diferentemente da AD-1 que aceita a relação entre os discursos chamada de relação entre “máquinas” discursivas (fechada e estabilizada) e da AD-2 que admite as FDs como sistema de paráfrases, já que são sempre invadidas por outras FDs, o primado do interdiscurso sobre o discurso dá a entender que “uma FD produz o assujeitamento de sujeito na medida em que cada uma delas é dominada pelo interdiscurso e exclui que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente uma das outras” (POSSENTI, In: MUSSALIM E BENTES, 2007 p. 381). Sobre as formações discursivas e formações ideológicas discorreremos com mais detalhes no próximo tópico.

### 1.3 – Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI)

Podemos definir a formação discursiva como a base constituinte da Análise de Discurso “pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 1999 p. 43).

O conceito de formação discursiva é um dispositivo resultante do processo de transformação na definição do objeto de análise da AD para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Foucault (1969) define formação discursiva, doravante FD como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa (*apud* Maingueneau, 1997 p. 14).

Nessa perspectiva, o discurso é compreendido pela Análise do Discurso como a materialidade do processo enunciativo, cuja materialidade se concretiza quando é demonstrada a interligação da língua com a história.

A partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica, a formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito”, ou seja, as palavras ganham sentido na FD na qual são produzidas.

Segundo Foucault (*apud* BRANDÃO, 1998) é papel da análise do discurso descrever os elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade (dispersão), a fim de estabelecer padrões quanto à formação dos discursos, bem como facilitar a identificação dos termos que compõem tais discursos. Assim, busca estabelecer regras que são capazes de reger a formação do discurso. Essas regras “caracterizam a formação discursiva em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade” (BRANDÃO, 1998 p. 28). Sendo assim, concordamos que:

As regras de formação contribuem para operacionalizar o conceito de formação discursiva e instituem as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. O que está em jogo no solo do saber, com a introdução do conceito de formação discursiva, é libertar-se das unidades de análises instituídas pela

epistemologia e pela história das ideias (obra, influências, origem, autores), para que possa ser estabelecido o solo em que a análise se detenha nas práticas discursivas (SARGENTINI E NAVARRO-BARBOSA 2004, p. 165).

Para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos lingüísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc.

Em sua teoria, Foucault propõe que os enunciados sejam utilizados na formação discursiva, levando-se em conta que esta formação se constitui de grupos de enunciados dialeticamente formados pela singularidade. Desta forma, a análise dos discursos deve-se principalmente considerar a dispersão e a regularidade dos sentidos que se produzem simplesmente por terem sido realizados. Refletindo sobre os grupos de enunciados como partes constituintes das formações discursivas, Foucault relata que:

sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, ao tipo de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma **formação discursiva** (*apud* GREGOLIN, 2006 p. 90).

Conforme a AD “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2008 p. 58).

De acordo com as formações ideológicas, as palavras mudam de sentido dependendo de quem as utiliza. E os sujeitos dos discursos são interpelados pelas formações discursivas, pois a formação ideológica tem como um de seus elementos uma ou várias formações discursivas interligadas, isto é, os discursos são comandados por formações ideológicas.

A partir de uma visão ideológica, a produção do texto não é homogênea, pois o trabalho da ideologia é produzir evidências, pondo o homem à interpretação diante de um objeto simbólico porque “tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos” (ORLANDI, 1999 p. 43).

Assim, “como uma FI coloca em relação necessariamente mais de uma força ideológica, uma formação discursiva sempre colocará em jogo mais de um discurso” (MUSSALIM, 2006 p. 125). Considerando que o discurso é o lugar cuja materialidade se concretiza, podemos afirmar que:

(...) é preciso enfatizar que a formação discursiva não funciona como uma máquina lógica. Ao contrário, ela é uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Há um deslocamento contínuo em suas fronteiras, em função das “jogadas” da luta ideológica, dos confrontos políticos-sociais (ORLANDI, 2008 p. 109).

Segundo Orlandi a **formação discursiva** se caracteriza por regularidades como conseqüência das regras de formação que controlam o interior e o exterior de uma FD. Por isso que, no que tange ao exterior, a FD está sempre interferida por outras FDs, por conseguinte seu espaço estrutural torna-se aberto e constituído pelo mecanismo da paráfrase, ou seja, “é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras, em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 1998 p. 39).

Os **processos parafrásticos** são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém estabilizado, representando assim o retorno aos mesmos espaços do dizer, ou seja, diferentes construções do mesmo dizer sedimentado.

Enquanto a paráfrase é um sistema fechado, delimitando as fronteiras de uma formação discursiva, a **polissemia** causa uma ruptura nessas fronteiras, deslocando o processo de significação para o equívoco em que a pluralidade se instala e ocorre a multiplicidade de sentidos. Do mesmo modo que constituem uma ruptura, as fronteiras da Análise do Discurso não apontam para o fechamento, pois abre sempre um espaço para a alteridade, para a diferença, para o novo.

O discurso se faz neste paradigma conflituoso, entre o mesmo e o diferente. É nesse processo entre paráfrase e polissemia, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos percorrem seus caminhos. Isto se dá porque a língua está sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas, que o sujeito ao buscar sentido, ele também dá sentido a si próprio. Isto justifica porque:

As análises não têm a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação, da mesma forma que os conceitos-chave da teoria estão sempre se movimentando, reordenando, reconfigurando, a cada análise. E isso se deve à marca da **incompletude**. A incompletude caracteriza e distingue todo o dispositivo teórico do discurso e abre espaço para a entrada em cena da noção da **falta**, que é o motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras 'faltam' e ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos (INDURSKY & FERREIRA, 2007, p. 18).

Portanto, dizemos que esta incompletude é a condição da linguagem porque os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Eles estão sempre disponíveis ao movimento simbólico e histórico que se constituem entre a paráfrase e a polissemia. Passaremos agora a discorrer sobre sentido e sujeito, visto que essas noções são fundamentais para entendermos como estes são constituídos no processo sócio-histórico.

## 2- NOÇÃO DE SENTIDO E SUJEITO NA ANÁLISE DE DISCURSO

De acordo com a epistemologia clássica, a língua desempenhava a função de conceituar a verdade, atribuindo-se à representação das coisas existentes e à significação. Neste âmbito, a função da língua deixa de ser essencial em sua representação pura e passa a adquirir função demonstrativa, deixando para trás as limitações de representar o real conforme o tradicional paradigma clássico, para desvendar sua capacidade múltipla de exprimir em sua estrutura.

Seguindo essa tendência, “o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito, pode representar o mundo” (BRANDÃO, 1998 p. 45).

Orlandi (*apud* BRANDÃO, 1998) analisa a concepção do sujeito segundo as teorias lingüísticas modernas em três fases: a *primeira fase* enfoca a interação em que as relações interlocutivas operam entre o “eu” e o “tu”. Aqui a noção de sujeito de Benveniste está representada na concepção idealista.

Seguindo para a *segunda fase*, há uma distinção da anterior por transitar para a idéia do conflito. O alvo está no “outro” e as relações intersubjetivas são comandadas por uma tensão em que “tu” determina o que o “eu” diz. Esta concepção ilustra muito bem a influência da retórica no princípio da AD quando as análises eram focadas em discursos políticos.

A *terceira fase* ao reconhecer na fase anterior uma estrutura binária, apresenta uma polarização que impede compreender bem o sujeito na sua pluralidade, uma vez que “a condição da linguagem é a incompletude”. O sujeito encontra-se num caráter contraditório em que anseia completude, sendo assim o espaço (abertura) entre os interlocutores movimentam os sentidos, pois:

(...) numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais complementação do Outro. O centro da relação não está, como nas concepções anteriores, nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só se completa na interação com o outro (BRANDÃO, 1998 p. 46).

Retomando aos estudos lingüísticos e detalhando a concepção de subjetividade incorporada por Benveniste, destacamos o estudo dos pronomes.

Segundo o autor, é através da primeira pessoa “eu” que a subjetividade pode ser revelada, pois a presença do “eu” designa, no enunciado, um locutor que enuncia-se como “sujeito”. Sua preocupação maior concentra-se em analisar essencialmente o processo em que se constitui o enunciado (o ato) e não o produto.

Dois aspectos são considerados de alta relevância em sua teoria: 1) a língua é apenas uma possibilidade que ganha concretude somente no ato da enunciação à medida que esteja relacionado com o mundo; 2) a noção de sentido e sujeito são introduzidos por “aquele que fala na sua fala” evidenciando a figura do locutor e a questão da subjetividade.

Para Benveniste, a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua. Esse locutor enuncia sua posição no discurso através de determinados índices formais dos quais os pronomes pessoais constituem o primeiro ponto de apoio na revelação da subjetividade na linguagem.

Ao instituir-se um “eu”, pessoa subjetiva no processo da enunciação, acarretará a presença de uma pessoa não-subjetiva “tu”, ou seja, desde que ele (sujeito) se declara locutor e assume a língua, ele introduz o “outro” face a ele, independente da intensidade que ele atribui a este outro.

Estes protagonistas da enunciação “eu” e “tu”, são elementos fundamentais neste processo, apesar de Benveniste admitir que a forma subjetiva “eu” prevaleça sobre a forma não-subjetiva “tu”. Nesse mesmo processo, observamos a presença da não-pessoa “ele” que por não ter a marca da pessoa (não refere a um indivíduo específico), desenvolve-se fora da relação de subjetividade. Sob este aspecto, Benveniste afirma:

É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto, existe e só se caracteriza por ocasião à pessoa “eu” do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu status. A forma “ele” tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu” (BENVENISTE, 1995 p. 292).

Ao reconhecer a noção de sujeito e afirmar que a subjetividade se constitui ao passo que consegue dizer “eu”, Benveniste encontra no EGO o centro da enunciação. Mas a teoria de Benveniste sofreu algumas críticas sob aspecto da

subjetividade diante de uma complexidade maior que o discurso na realidade revela, pois segundo Brandão, “a subjetividade é inerente a toda linguagem e sua constituição se dá mesmo quando não se enuncia o ‘eu’ ” (BRANDÃO,1998 p. 48). E ainda afirma que:

Os discursos que utilizam de formas indeterminadas, impessoais como o discurso científico, por exemplo, ou o discurso do esquizofrênico em que o locutor utiliza o *ele* para se referir a si mesmo – mostram uma enunciação que mascara sempre um sujeito. Isto é, nesses tipos de enunciação, o sujeito enuncia de outro lugar, postando-se numa outra perspectiva seja a da impessoalidade em busca de uma objetivação dos fatos ou de um apagamento da responsabilidade pela enunciação seja a da incapacidade patológica de assunção de um *eu*. (op. Cit. 1998 p. 48).

Partindo da tese de Althusser, Pêcheux (1995) contesta a teoria subjetiva da enunciação apresentando a função da ideologia, que consiste em interpelar o indivíduo em sujeito histórico, o qual fala de determinado tempo e de determinados lugares sociais, contrapondo-se assim com a teoria de Benveniste, em que o sujeito caracteriza-se pela sua homogeneidade e unicidade. De acordo com Benveniste, a enunciação discursiva tem as marcas da subjetividade enquanto que a enunciação histórica não.

Ao analisar um discurso, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, fonte do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem.

Esse caráter contraditório do sujeito rompe com uma tradição, não somente ao idealismo de algumas teorias da linguagem, como a desenvolvida por Benveniste, mas ainda àquelas concepções segundo as quais o “eu” seria absolutamente determinado de fora, dominado por um “outro” que o constitui.

Ao contemplar a tensão entre o “eu” e o “outro”, nos discursos, Foucault traça um caminho bem diferente para a compreensão do sujeito: afasta-se desse espaço em que se relacionam sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito.

A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: fala-se e, ao mesmo tempo, é falado; enuncia-se individualmente, de forma

concreta, constituindo-se provisoriamente *um*, sem separar, porém de cada fala que é posicionada distintamente, porque o sujeito fala ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, dentro dos quais o sujeito situa-se, deixando ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma sua integridade.

Sob outra ótica, Bakhtin (2002) apresenta em sua obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” um sujeito numa perspectiva histórica, cultural e concretizada na interação social. Desta forma, o sujeito divide o espaço discursivo com o “outro” porque o sujeito (interlocutor) depende da fala de quem está interagindo para produzir discursos que foram interpelados nesta relação. Esta concepção está sustentada na noção da heterogeneidade.

Segundo Brandão (1998, p. 46), é possível reconhecer “no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de ser inteiro”. Assim, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro e o centro da relação não está nem no “eu” nem no “tu”, mas no espaço discursivo criado por ambos. Desta maneira, o sujeito é definido pela ação do inconsciente e pela ideologia. Portanto, concluímos que:

O sentido é assim uma relação determinada pelo sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados (ORLANDI, 1999 p. 47).

Para a AD, o caráter dialógico é constituído de seu sentido, ou seja, a relação com as formações discursivas definem o sentido que é gerado no interior do espaço **interdiscursivo**. Apesar de heterogênea, uma formação discursiva é coagida por uma formação ideológica e conseqüentemente “as sequências lingüísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra formação discursiva” (MUSSALIM, 2003 p. 131).

Nesse próximo item vamos refletir sobre discurso, sujeito e subjetividade segundo a visão foucaultiana na construção dos saberes e seus procedimentos.

## 2.1 - Discurso, Sujeito e Subjetividade

A noção de sujeito é necessária para considerar a transformação da língua em discurso. O sujeito do discurso torna-se um pressuposto da teoria lingüística, contudo, em se tratando da prática dos sujeitos falantes podemos observar que a língua não é apenas um sistema unitário e nem tão pouco o sujeito falante é apenas um indivíduo, tendo em vista sua prática social discursiva. “O discurso é o lugar de construção do sujeito e por intermédio do discurso, o sujeito constrói o mundo como objeto e constrói a si mesmo” (Greimas Courté *apud* LOZANO; PEÑA-MARIN; ABRIL, 2002).

Foucault relata em sua teoria a construção dos saberes em forma de diálogo, promovendo conflito com a Filosofia e a História em que retrata as condições epistemológicas que propiciaram o nascimento de um campo no qual o homem é objeto e sujeito do saber.

Atraído pela prática do poder e suas relações com o saber, Foucault analisa em um segundo momento de sua pesquisa direcionada à obtenção deste poder nas escolas, fábricas, etc. Segundo o autor, o poder está em todo lugar, disseminando no interior das instituições criadas pelos homens, as quais conjuram o acaso do discurso, impondo regras para quem deseja entrar na sua ordem.

Por isso, ele (Foucault) não fala em ideologia determinando aquilo que o sujeito pode e deve falar, mas em sistemas de interdição, em procedimentos que criam um jogo de fronteiras, limites, supressões que tentam controlar a produção dos discursos na sociedade (NAVARRO-BARBOSA, 2004 p. 112).

Posteriormente trata dos procedimentos de subjetividade que constituem, para os sujeitos, a idéia de identidade. Portanto, sua atenção voltará para o sujeito produtivo, “a maneira como um ser humano se transforma em sujeito”.

Considerando que o “sujeito” é o produto de uma construção realizada historicamente pelas práticas discursivas, podemos identificar que discurso, sociedade e história estão interligadas no processo em que Foucault analisa as mudanças nos saberes deste sujeito em que estão articuladas com os poderes.

Em seu texto “O sujeito e o poder” o autor traça seus objetivos de investigação procurando produzir uma história em que relata os diversos modos de subjetivação do ser humano envolvendo o poder e a produção de saberes, a partir de três modos de produção histórica das subjetividades:

- Primeiramente, seu foco é voltado para a história da loucura, da medicina, da linguagem, do trabalho e de certas áreas do saber que cuidaram dos assuntos da vida (*As palavras e as Coisas, 1966a*);
- Num segundo plano, Foucault estudou a objetivação do sujeito naquilo que designa de “práticas divergentes” através da análise das articulações entre os saberes e os poderes partindo de uma *genealogia do poder (Vigiar e Punir, 1975)*;
- Por fim, ele investigou a subjetivação a partir de *técnicas de si, da governamentalidade*, ou seja, do governo de si e dos outros, direcionando suas pesquisas no campo da sexualidade, da constituição histórica de uma *ética e estética de si (História da Sexualidade, 1976c; 1984a; 1984b)*.

Em seu trabalho, *A ordem do discurso*, Foucault apresenta o homem que apesar de venerar o discurso, há uma espécie de sentimento de medo. Conseqüentemente, os sistemas de controle foram criados ao ponto de dominar a proliferação dos discursos e a “apagar as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua” (*apud Gregolin, 2006 p. 97*).

Por conta de todo esse temor, a produção do discurso é controlada, organizada, selecionada e redistribuída por alguns procedimentos, que Foucault classifica em três grandes grupos de princípios de controle do discurso. Tais procedimentos são denominados de: *procedimentos externos (exclusão)*, *procedimentos internos (sujeição)* e *rarefação*.

Nos procedimentos externos estão incluídas a interdição, a segregação e a vontade de verdade. A *interdição* está intimamente ligada ao discurso com o desejo e poder, ou seja, é proibido uso de algumas palavras perante a sociedade porque “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, (...) qualquer um não pode falar qualquer coisa” (FOUCAULT, 2000 p. 9).

Existem aqueles que podem falar (tem o direito exclusivo sobre o dizer) e os que não podem, o que ocasiona a separação da comunidade de fala

juntamente com a *segregação*. Temos a política e a sexualidade como exemplos do efeito da interdição.

Deriva-se da interdição e da segregação a *vontade de verdade* que opõe o verdadeiro ao falso em que toda sociedade tem e que está subentendido às suas práticas. Dentre os três sistemas de exclusão que atingem o discurso, a *vontade de verdade* é o mais essencial devido a sua importância que permanece em nossa sociedade, enquanto os dois primeiros “são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável e é dela sem dúvida que menos se fala” (FOUCAULT, 2000 p. 19). Assim:

A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas vontades de verdade que transformam de acordo com as contingências históricas. Apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção (GREGOLIN, 2006 p. 98).

Ao considerar a *vontade de verdade*, Foucault procura analisar a maneira como a “verdade” tornou-se historicamente elaborada e a função de controle exercido por esta produção. Esta função denominada de “polícia discursiva” capaz de reativar a cada produção do discurso.

Quanto aos *procedimentos internos*, Foucault denomina que “são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle” (2000, p.21) e dentre eles cita o *comentário*, o *autor* e a *disciplina*. Estes são antes de tudo, “princípios de coerção do que recursos infinitos para a criação do discurso”

Sobre o procedimento interno chamado de *comentário*, observamos que separam-se os discursos fundamentais ou constituintes daqueles discursos que se repetem e comentam. A este deslocamento, contudo, denominamos que:

(...) não é estável, nem constante, nem absoluto (...) muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar. Mas embora seus pontos de aplicação possam mudar, a função permanece; e por um princípio de um deslocamento encontra-se sem cessar repostos o jogo (FOUCAULT, 2000 p. 23).

Entre os jogos discursivos que a paráfrase e polissemia instituem-se, o comentário deve “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito

e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 2000 p. 25).

O segundo procedimento de controle interno ao discurso denominado de *autor*, Foucault não admiti como um indivíduo que produziu o texto. Em sua concepção, o autor define como princípio de agrupamento do discurso em que se originou as significações e sua coerência. No entanto, Foucault assegura que:

O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. (...) mas isto não impede que ele tenha existido, esse autor real, esse homem que irrompe em meio a todas as palavras usadas, trazendo nelas seu gênio ou sua desordem. (FOUCAULT, 2000 p. 28).

Em suas obras, Foucault esclarece que a figura do autor pode ser considerada como uma função discursiva, ou seja, “o autor (ou função autor) é apenas uma das especificações possíveis da função sujeito” (FOUCAULT *apud* GREGOLIN, 2006 p. 100) é por isso que nosso interesse deverá estar focado no discurso em que seus enunciados se apresentam.

Conforme a investigação arqueológica, não se deve conferir a um “sujeito individual” nem tão pouco a “qualquer coisa como uma consciência coletiva ou uma subjetividade transcendental” (op. Cit. 2006, p. 100). Para Foucault (1969d), “o desaparecimento do sujeito-indivíduo é uma regra imanente da escrita (...) um jogo ordenado de signos no qual acontece a abertura de um espaço onde o sujeito da escrita está sempre a desaparecer” (*apud* GREGOLIN, 2006 p. 102).

No que se refere ao terceiro procedimento interno temos a *disciplina*. Esta é portanto, “um princípio de controle da produção do discurso, que lhe fixa os limites por meio de um jogo de reatualização permanente de regras” (GREGOLIN, 2006 p. 104). Este princípio está inseparavelmente agregado à própria produção do discurso ao passo que cada disciplina classifica os enunciados que serão considerados verdadeiros ou falsos.

No tocante ao grupo de princípios de controle do discurso, Foucault intitula de “rarefação dos sujeitos que falam”. Os sujeitos que proferem os discursos são restringidos por regras que envolvem o *ritual*, as *sociedades de discurso*, as *doutrinas* e as *apropriações sociais do discurso*.

Através do *ritual*, são regidos os comportamentos, as circunstâncias envolvidas com os indivíduos falantes, a qualificação e todo um agrupamento de signos em que estão inseridos no discurso.

Em relação às *doutrinas*, identificamos que o número de sujeitos que falam tende a estender-se, porém a função da doutrina está para uma limitação discursiva direcionada a alguns sujeitos. As doutrinas são “o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação” (FOUCAULT, 2000 p. 43).

Sendo os indivíduos ligados a certos tipos de enunciação, automaticamente estes se sentem proibidos de todos os outros. Portanto, as doutrinas realizam uma dupla sujeição: assujeitam os sujeitos que falam aos discursos e submetem os discursos ao grupo dos indivíduos que falam.

As *apropriações sociais dos discursos* referem-se ao produto resultante que as instituições responsáveis pela distribuição dos discursos gerenciam. Tomemos como exemplo o sistema educativo, Foucault afirma que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes e eles trazem consigo” (op. cit., 2000 p. 44).

Quanto aos sistemas de sujeição e de controle do discurso, concordamos que não há barreira que demarque seus espaços.

Até esse momento fundamentamos nosso trabalho para que possamos fazer uso de tais noções nas análises que serão feitas nas charges, ora selecionadas. Para tanto se faz necessário abordar no próximo capítulo definições relacionadas à charge que servirão para nos situar melhor sobre o gênero discursivo do nosso objeto de estudo.

### 3 - A Charge: conceitos, origem e caracterização

A origem da palavra charge é francesa e significa “atacar”, “exagerar”, “carregar”. Seu surgimento deve-se aos confrontos entre os países europeus, com a finalidade de provocar os inimigos da França.

Diante deste novo fato, a rivalidade adquiriu outro perfil de luta: provocar o inimigo através da ridicularização. Foram os franceses os principais ironizadores dos costumes de seus inimigos no continente. Nascia então uma nova modalidade discursiva – a charge.

Apesar de muito tempo passado, algumas características permanecem conhecidas e são muito exploradas pelo texto chargístico e o qual percebemos que “se caracterizou pelo humor, as maneiras deselegantes que tinham os britânicos, a mania que os alemães tinham de comer repolho, a burrice e preguiça do povo português. Perfis irônicos que mantém até os dias atuais” (BARROS, 2006 p. 5).

Foi apenas no século XIX, com o surgimento da imprensa que a charge ganhou conceito jornalístico, especialmente nos Estados Unidos, cuja veiculação dos principais jornais da época utilizavam a *charge* para criticar a postura do governo americano ou simplesmente ridicularizar ações de grupos políticos que buscavam obter o poder.

No Brasil, apenas no começo do século XX, a charge ganhou proporções e conteúdo como meio de comunicação de massa no mundo. Outra função foi constatada além da forma de atacar e satirizar situações vivenciadas pela sociedade - o uso da linguagem não-verbal – passou a informar, mas como transmissor de ideias de fácil assimilação pelo público leitor. Diante disto, “descobriu-se então, que a função do chargista merecia destaque na mídia impressa e, a partir dos anos 30, a charge passou a ocupar um local de destaque nas páginas de opinião dos principais jornais do mundo” (BARROS, 2006 p. 6).

Basicamente o termo charge refere-se a um tipo de gênero que se caracteriza por ser uma forma de representação pictórica de caráter burlesco e caricatural dotado da presença constante do humor e da ironia de costumes. Segundo Melo (2004, p. 93) podemos “compreender a charge como o texto verbal e não-verbal humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico.

Por focalizar uma realidade, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal.”

A charge se caracteriza por ser um texto visual humorístico e opinativo, que critica uma personagem ou fato político específico. Sua construção baseia-se na remissão a um universo textual em que mantêm relações intertextuais com texto verbal, não-verbal e verbal não-verbal simultaneamente.

O que torna singular é a demonstração perspicaz da propriedade carnavalesca da charge de congregar, num jogo polifônico, o verso e o reverso do que tematiza. Dessa maneira o chargista, através do desenho e da língua, utiliza o humor para destronar os poderosos e buscar o que está oculto em fatos, personagens e ações de cunho político. Portanto, podemos identificar que:

“Com a utilização do humor, o chargista consegue por meio do texto não-verbal – exprimindo exagero – revelar o que está por trás dos fatos e personagens de que se trata. O uso da linguagem não-verbal, através do desenho, proporcionou maior compreensão, já que os artigos escritos não atraíam tanta popularidade” (XAVIER, 2008 p. 15).

A charge tem o objetivo de persuadir, influenciar ideologicamente o contexto do interlocutor, pois, o indivíduo assimila o real pelo imaginário. Desta forma, o leitor se sente conduzido a refletir sobre tudo o que acontece no mundo atual, convidando a interagir com a intertextualidade. “O **intertexto** da charge é um recurso produtivo para auxiliar a competência argumentativa dos leitores, a partir de relações lógico-discursivas trazidas por meio deste gênero” (XAVIER, 2008 p. 16).

A polifonia e o humor do texto chárstico fazem com que ele afirme e negue, eleve e rebaixe ao mesmo tempo, proporcionando ao leitor refletir sobre fatos e personagens do mundo político ou social, uma vez que expõe tudo aquilo que está oculto por trás da figura caricatural e da linguagem. Assim, afirma Melo:

“(…) a charge será concebida não apenas como modalidade da linguagem iconográfica, mas também como prática discursiva irônica e, conseqüentemente, ideológica. Os principais aspectos que compõem o universo de definição da charge, reconhece a sua historicidade e determina a sua condição de signo ideológico, portanto, uma discursividade de natureza irônica e humorística, por isso, reveladora de ideias e expressão ideológica de uma determinada posição que se encontra no exercício do poder e como discurso de reflexão de denúncia social” (MELO, 2004 p. 94).

A charge é um tipo de texto que atrai o leitor, pois, transmite múltiplas informações de forma muito efetiva em que “as linguagens verbal e não-verbal são

utilizadas de maneira harmoniosa à medida que o sentido é constituído pelo que foi dito e o que não foi dito” (XAVIER, 2008 p. 15-16). O leitor do texto chágico, tem que ser um indivíduo bem informado para que ele compreenda e capte o teor crítico, irônico e humorístico da charge. Por isso, que:

“O chargista com toda sua criatividade imagina pelo leitor a forma caricatural, tornando seu enunciado compreensível ao ponto que permita pouca interpretação adicional, pois a linguagem visual estimula um questionamento no leitor e neste processo indagativo, ele elabora múltiplas respostas em sua atividade discursiva” (XAVIER, 2008 p. 15).

Além da presença de alguns elementos na charge como humor, ironia e crítica, destacamos sua função social também, visto que ela “se constitui realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão” (AGOSTINO, *apud* MELO, 2004 p. 96).

A intenção discursiva deste gênero vai muito além da diversão que o humor proporciona. A charge, enquanto parte da realidade, é formada por um sistema de signos ou um sistema de linguagem, que para entender esta realidade, a linguagem conecta-se às percepções, orientações e ações do cotidiano.

Segundo Bakhtin (1995, p. 31) “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” e a mesma não pode estar distanciada da realidade dos signos porque todo signo “reflete na medida que se refere a uma realidade que lhe é exterior e refrata porque dentro dos seus mais variados índices de valores possíveis, um se sobressai e outros se ocultam” (MELO, 2004 p. 97). Ao lançarmos um olhar, no tocante à charge e sua construção discursiva, concluímos que:

(...) o discurso é criado e transformado segundo a ideologia absorvida, ou seja, o próprio signo que passa a reproduzir outro signo nele próprio, apresenta sua significação através dos elementos que a caracterizam e conseqüentemente há um desvio do discurso original para um outro discurso que assume domínio sobre a nova realidade (XAVIER, 2008 p. 17).

Ao considerar o fato de que uma sociedade que reflete e indaga sobre si própria os aspectos do contexto histórico-social do sujeito e que todo e qualquer discurso se constitui como diálogo entre vários enunciados, facilmente descobriremos a essência do que está oculto dentro do signo.

Dando continuidade ao nosso trabalho, passaremos no próximo capítulo, para a análise do *corpus* conforme a fundamentação teórica apresentada no decorrer desse trabalho.

## 4 – ANÁLISE DO CORPUS

A charge hoje continua mantendo o seu papel de formar e informar as pessoas através da ironia, sátira e humor. Elas ganham a cada dia importância ao que se refere à função social deste gênero.

A nossa análise será feita a partir dos aportes teóricos da Análise do Discurso. Serão analisados todos os enunciados que compõem o gênero charge, principalmente por serem constituídos por modalizações descritivas e interpretativas na constituição dos sujeitos.

Ao trabalharmos esse gênero discursivo é importante mencionar a internet como suporte escolhido para nossa análise por esta ser voltada para um público diversificado além de se tratar de um meio instigante em se tratando de trabalhar com a linguagem.

Foram selecionadas para a análise cinco charges abordando temáticas diversificadas, as quais se inserem em um contexto de produção sócio-histórico e tratam respectivamente sobre: religião, mulher, educação, política, etc.. Todos os textos selecionados são de autoria de *Erinaldo da Silva*, mais conhecido como o chargista *Lila*.

### CHARGE 1



Na charge 1, é possível dizer que o sujeito-enunciador parte do princípio de que os pastores exploram os fiéis de uma determinada igreja evangélica. Podemos observar esse dizer nessas passagens “(...) doe o dízimo, o meu carro, a minha casa,...”, “(...) qual é mesmo o tipo de sangue”, proferidas no diálogo entre os interlocutores da charge. Nesse momento, o sujeito-autor ironiza e critica essa **formação Ideológica**. Isso pode ser percebido no texto, uma vez que o mesmo revela-se multifacetado e plurissignificativo.

O sujeito-autor identifica na charge o sujeito-pastor como um personagem que se utiliza da posição que exerce diante dos membros da igreja (fiéis) na sociedade, fazendo uso da ideologia em seu discurso, levando-se em conta onde ele se posiciona como podemos verificar através da linguagem não-verbal.

De frente para a mulher, acima de um degrau, o sujeito-pastor revela sua superioridade ocasionando um assujeitamento por parte do sujeito-mulher que obedece e confia ser o representante de Deus aqui na Terra.

Percebemos que há um traço de ironia ao observarmos que o sujeito-pastor sorri e não se comove ao olhar o semblante da mulher que já doou tudo o que pôde e que neste momento não tem “mais nada para doar”.

O sujeito-autor interdiscursa se apropriando do discurso da medicina, um discurso até certo ponto humanitário. Mas, no momento em que o sujeito-pastor pergunta: “Qual é mesmo seu tipo sanguíneo?”, este sujeito cria outra situação de receber uma doação, confirmando assim sua influência sobre o sujeito-mulher.

Contudo, o sujeito-autor se utiliza deste discurso para comprovar uma *vontade de verdade* originada de um conhecimento popular que diz que os evangélicos *sugam até o sangue*. Essa *vontade de verdade* tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e coerção que “se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la” (FOUCAULT, 2000 p. 20).

Identificamos nesta charge dois dos princípios de controle do discurso propostos por Foucault: *ritual* e *doutrina*. Estes princípios dizem respeito aos sujeitos que pronunciam os discursos cerceados por regras.

A presença do ritual nesta charge encontra-se nos indícios que a linguagem não-verbal nos mostra pela maneira marcante que o sujeito-pastor se apresenta: bem vestido com terno, acompanhado de uma bíblia, gestos precisos e postura.

Os discursos religiosos determinam “para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (...) cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-lo circular em um espaço fechado” (FOUCAULT, 2000 p. 39). Isto é constatado na figura do sujeito-pastor em análise.

Quanto à doutrina, podemos afirmar que esta “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe (...), todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros” (FOUCAULT, 2000 p. 43). O sujeito-mulher em análise é retratado segundo a definição de Foucault, demonstrando sua obediência perante o sujeito-pastor que é autoridade maior ao grupo que ela pertence.

## CHARGE 2



Na charge acima, podemos observar que o sujeito-marido, revela-nos uma produção do discurso selecionado e instituído a uma figura conjurada a um poder socialmente materializado.

Numa sociedade como a nossa em que o sexismo segrega indivíduos, os elementos visuais da linguagem não-verbal ilustrados nesta charge, remete-nos a maneira como o sujeito-marido comporta-se diante do sujeito-mulher. Podemos observar que o diálogo acontece com o sujeito-homem de costas, assistindo ao jogo de futebol na TV, como se o sujeito-mulher fosse menos importante que o jogo, tanto que não direciona nem um olhar para a mesma.

Sendo a verdade uma configuração histórica, notamos que há uma *vontade de verdade* nesta charge que opõe o verdadeiro ao falso e que se transforma conforme as contingências históricas ocorrem, pois “ignoramos em contrapartida a vontade de verdade (...) como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, (...) procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade” (FOUCAULT, 2000 p. 20).

A *vontade de verdade* desta charge encontra-se apoiada sobre uma idéia institucional de que o sexo feminino é retratado segundo a linguagem verbal da charge acima que nos deixa a entender como: pessoa destinada somente aos trabalhos domésticos “(...) **eu comprei um tanque e um fogão novo pra você.**” e excluída de valor e atenção por parte principalmente do sujeito-marido que explora o sujeito-mulher, associando ao valor agregado à sua figura “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2000 p. 17).

Identificamos que o discurso do sujeito-marido exerce sobre o discurso do sujeito-mulher, uma espécie de poder e coerção que vem sendo historicamente produzida e funcionando como controle exercido por uma vontade de verdade e “ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas” (op. cit., 1996 p. 17)

### CHARGE 3



### CHARGE 4



Como podemos observar, o discurso sobre a temática da educação se manifesta em ambas as charges. Seus respectivos discursos são veiculados num

mesmo espaço social (sala de aula) e foram retomados, deslocados para outros discursos em um outro contexto, adquirindo novos sentidos.

É possível perceber que o sujeito-professor é identificado como professor de língua portuguesa através da linguagem verbal e não-verbal presentes do texto em análise. Esse sujeito-professor da charge 4 parece se colocar como um professor, cuja perspectiva de ensino de língua portuguesa está voltada para um ensino em que, o que deve ser considerado é o ensino da gramática do ponto de vista da classificação, da nomeação das categorias gramaticais, ou seja, os sujeitos-alunos devem aprender a decorar os tempos verbais. Sob essa ótica está inserido o sujeito-professor, porém em contrapartida, o sujeito-aluno inscreve-se numa outra Formação Discursiva possivelmente em conformidade com a Formação Ideológica do sujeito-enunciador, por tratar-se de um sujeito histórico-social.

Uma vez que o sujeito-professor da charge 3 indaga: “**Onde está o sujeito?**”, identificamos que há um deslocamento de sentido na palavra “sujeito” do discurso para o sujeito-aluno. Na verdade a palavra “sujeito” no contexto do sujeito-professor remete ao sentido de “classe gramatical da sintaxe”, porém a função da palavra no contexto social do sujeito-aluno retrata um *comentário* sobre um sentimento de injustiça (**Só num tá na cadeia fessora!**) que ao mesmo tempo em que permite construir novos discursos, eles possibilitam “dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (FOUCAULT, 2000 p. 25).

O sujeito-autor se constitui pela forma como utiliza, (re)significa o discurso do sujeito-aluno a que ele se refere no contexto da charge 4 (**Tá no tempo das autoridades tomarem vergonha na cara.**). Desta forma o sujeito-aluno é transportado para outro campo semântico em que inaugura outro sentido, que é ideológico, pois denuncia a insatisfação e revolta do sujeito-aluno que já adquiriu o que Foucault chama de *apropriações sociais do discurso*.

A instituição responsável pela distribuição dos discursos aqui nestas charges é a escola, pois “sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso” (FOUCAULT, 2000 p. 43).

Por fim, acreditamos que essa temática das charges quando discutidas na escola levam à reflexão, pois “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2000 p. 44).

## CHARGE 5



Essa charge retrata a falta de credibilidade do povo, aqui representado pelo sujeito-homem no que diz respeito aos políticos. Observamos que o sujeito-cartomante descreve muitas qualidades atribuídas a um sujeito-mulher em que está inscrito em seu discurso (... **uma mulher encantadora, rica, poderosa irá aproximar de você!**), e que indiretamente refere-se à candidata a presidente do Brasil, Dilma.

Por se tratar de ano eleitoral, notamos o traço ideológico dominante presente no discurso do sujeito-cartomante, que se manifesta camuflado ao transmitir uma mensagem otimista (**Vejo que neste ano...**) para o futuro do sujeito-homem (povo). As expressões faciais da charge em análise através da linguagem não-verbal revelam contextos que divergem no discurso. Isto porque o riso do sujeito-cartomante representa o otimismo dos políticos e o aborrecimento do sujeito-homem.

O sujeito-homem apresenta uma memória discursiva que se inscreve para um novo sentido. Os enunciados deslocam-se ao interdiscurso que os políticos só se lembram dos eleitores em ano de eleição: para comprar votos e fazerem promessas.

Há uma *vontade de verdade* que existe um sujeito-mulher no discurso, e exerce sobre o discurso do sujeito-homem um poder de coerção associado à ironia, pois segundo o sujeito-autor, o sujeito-homem não possui qualidades que atraiam mulheres como as qualidades descritas no discurso. Podemos conferir em seu enunciado (**Pobre como sou!**) uma ironia ideológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrar em contato com os pressupostos fundamentais que embasam a AD, percebemos que cada discurso é influenciado por uma ou mais formações discursivas, que através da linguagem concretizam as formações ideológicas. Assim, “a linguagem, veiculadora da ideologia, determina a relação entre o homem e sua realidade circundante e os sentidos veiculados por ela são considerados de acordo com as condições de produção” (MELO, 2004 p. 172).

A proposta da AD é de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de caráter exclusivamente lingüístico, mas abordá-lo também numa perspectiva histórico-ideológica levando-se em conta a interdisciplinaridade. Por isso, que a Análise do Discurso se apresenta como uma disciplina em constante processo de constituição.

O discurso chargístico caracteriza-se pela sua funcionalidade ao se apoderar de recursos da polifonia, da crítica, do humor para fazer refletir e denunciar questões políticas e sociais que vezes não são transparentes, mas permitem que a construção de sentidos se movimentem entre o é dito e o não-dito pelo jogo de palavras que não se revelam explicitamente.

Podemos identificar que o texto da charge funciona como um “agente” que revela e expressa valores, crenças, opiniões de uma determinada época, criando assim condições de reconhecer a riqueza de recursos da língua usados nas mensagens visuais e/ou escrita.

Observamos que a combinação da linguagem verbal e não-verbal torna-se importante, uma vez que de um lado temos um texto materializado de recursos lingüísticos cujo objetivo é o de situar o discurso no contexto histórico-social ao qual está inserido e por outro lado, a linguagem não-verbal que expressa sentidos e utiliza também signos lingüísticos, com a diferença de que na linguagem verbal os signos são palavras; e no discurso não-verbal os signos são explorados de forma imagética e expressiva.

A formação discursiva dos textos aqui analisados tornou-se campo de constituição do sentido e da identificação do sujeito, o qual se reconhece e se identifica, tomando posse de sua identidade. O sentido é determinado pelas

posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-ideológico em que as palavras são produzidas.

Após fazermos uma revisão no aparato teórico e as análises das charges, chegamos à conclusão que o sujeito é concebido como aquele que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva desempenhando diferentes papéis conforme sejam as posições (lugar social) que ocupa no espaço interdiscursivo, ou seja, o sujeito é uma função, e ele pode estar em mais de uma. No entanto, o lugar de onde o sujeito enuncia (por exemplo, o lugar do professor, do líder religioso, do político) é que determina o que ele pode ou não dizer “no interior de uma formação social, (...) por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso” (MUSSALIM, 2006 p. 133).

Analisando o percurso de nossa pesquisa sobre a subjetividade no discurso da charge, compreendemos ter alcançado nosso objetivo principal confirmamos que o sujeito está submetido às múltiplas produções de sentido segundo o contexto sócio-histórico-ideológico no qual se insere. A teoria da qual nos apropriamos para realização desse estudo e os conceitos basilares da AD foram de suma importância para alcançarmos o objetivo proposto, uma vez que a teoria discursiva nos possibilita perceber esses sujeitos plurais, dispersos, identificados nos textos analisados. Para tanto, nossa pesquisa não esgota as questões abordadas pela AD, nem tão pouco as reflexões ligadas a subjetividade, mas acreditamos ter podido contribuir para estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

ALDRIGUE, Ana Cristina de Souza; ALVES, Eliane Ferraz. **Diálogos Heterogêneos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Adriana Sales. **As não-coincidências do dizer**: análise metadiscursiva da configuração textual charge. Tese (Doutorado em Letras), João Pessoa: UFPB, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

BENVENISTE, Émile. **Problemas da Linguística Geral I**. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo. **O uso de palavras da língua inglesa no gênero anúncio publicitário**: uma questão de estilo? Dissertação (Mestrado em Letras), João Pessoa: UFPB, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da Análise do Discurso**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2. Ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

LOZANO, Jorge. PEÑA-MARÍN, Cristina. ABRIL, Gonzalo. **Análise do Discurso: por uma semiótica da interação textual**. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2005.

MELO, Francineide Fernandes. **Entre o discurso e a ironia: o pintar o sete e desenhar os outros no discurso humorístico**. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, 2004.

\_\_\_\_\_. **Novas Tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. v. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. Ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. v. 3. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

XAVIER, Girlene R. de Souza. **Uma Análise do Gênero Discursivo “charge”**. Monografia (graduação em Letras – Hab. II), Guarabira (Campus III): UEPB, 2008.